



Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação (APS) *Assistente Social*

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Serviço Social. Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do serviço social	1
Instrumentalidade e dimensão técnico operativa do trabalho do assistente social.....	1
Lei de regulamentação da profissão (Lei nº 8662/1993).....	3
Código de ética profissional	7
Serviço social e a atuação na política de saúde	16
Metodologias de trabalho com grupos	18
Serviço social e trabalho com famílias	20
Trabalho em equipe.....	20
Interdisciplinaridade.....	23
Serviço social e a emissão de relatórios, laudos e pareceres.....	25
Expressões da questão Social	26
O serviço social na contemporaneidade	28
Serviço social e as interseccionalidades de classe social, gênero, sexualidade, raça, etnia e deficiência.....	29
Determinação social do processo saúde e doença.....	32
Deficiência - história, conceitos, avaliação biopsicossocial e participação social da pessoa com deficiência.....	34
Violência doméstica.....	36
Seguridade social (saúde, assistência e previdência social)	39
Serviço social e o sistema de seguridade social.....	46
Seguridade social: lei nº 8.212/1991	48
Reforma sanitária	84
Política de saúde no brasil	85
Sistema Único de Saúde: Lei nº 8.080/1990.....	88
Políticas públicas de saúde	106
Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência.....	107
Reabilitação - história e princípios da reabilitação; conceitos e classificação de funcionalidade; reabilitação centrada na pessoa e no contexto sociocultural	126
Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.....	128
Políticas de saúde mental	131
Cuidados paliativos	134

SUMÁRIO



Lei Orgânica da Assistência Social - Lei nº 8.742/1993	136
Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social.....	153
Programas de assistência social.....	192
Legislação de previdência social: Lei nº 8.213/1991.....	195
Questões	238
Gabarito.....	243

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Legislações específicas: Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/1990	1
Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015.....	66
Estatuto da Pessoa Idosa - Lei nº 10.741/2003	97
Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340/2006	117
Tutela, curatela e decisão apoiada - código civil - Lei nº 10.406/2002 (Título IV - “Da tutela, da Curatela e da Tomada de Decisão Apoiada”; art. 1728 ao art. 1783).....	128
Questões	134
Gabarito.....	146

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e Compreensão de texto	1
Organização estrutural dos textos.....	5
Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade.....	8
Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo	12
Tipos textuais: informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório; características específicas de cada tipo.....	13
Textos literários e não literários	14
Tipologia da frase portuguesa. Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção. Problemas estruturais das frases. Organização sintática das frases: termos e orações. Ordem direta e inversa.....	15
Norma culta	20
Pontuação e sinais gráficos.....	22
Tipos de discurso	27
Registros de linguagem.....	31
Funções da linguagem	32
Elementos dos atos de comunicação.....	34
Estrutura e formação de palavras	36
Formas de abreviação.....	38

SUMÁRIO



Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições	41
Os modalizadores.....	52
Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos. Polissemia e ambiguidade.....	53
Os dicionários: tipos	54
A organização de verbetes	55
Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos.....	70
Latinismos	72
Ortografia.....	73
Acentuação gráfica.....	75
A crase.....	77
Questões	79
Gabarito.....	88

SUMÁRIO



Conhecimentos Específicos

Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social são essenciais para entender como essa profissão evoluiu e como se estrutura atualmente. Vou dividir essa resposta em três partes:

1. Fundamentos Históricos:

- Origem e Evolução: O Serviço Social surgiu no final do século XIX e início do século XX, em resposta às questões sociais decorrentes da Revolução Industrial, urbanização e os problemas de desigualdade social. Na América Latina e no Brasil, a profissão ganhou força durante a década de 1930, influenciada pelo movimento católico e posteriormente pelas ideias marxistas.

- Marcos Históricos no Brasil: A criação da Escola de Serviço Social de São Paulo em 1936 e a regulamentação da profissão pelo Decreto-lei nº 994/1962 foram momentos cruciais. O período da Ditadura Militar (1964-1985) também influenciou a prática, com repressão e resistência por parte dos profissionais.

- Constituição de 1988: A redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição de 1988, que trouxe avanços nos direitos sociais, influenciaram diretamente a prática do Serviço Social, reforçando a luta pela garantia desses direitos.

2. Fundamentos Teóricos:

- Teorias Clássicas: No início, o Serviço Social foi influenciado por teorias positivistas e funcionalistas, que enfatizavam a adaptação dos indivíduos à sociedade.

- Teorias Críticas: A partir da década de 1960, com a influência do marxismo e de outras correntes críticas, o Serviço Social passou a focar mais nas estruturas sociais e nas relações de poder, adotando uma postura crítica em relação à desigualdade e à injustiça social.

- Perspectivas Contemporâneas: Atualmente, o Serviço Social é influenciado por diversas teorias, incluindo o feminismo, a teoria da interseccionalidade, a teoria queer, e a perspectiva decolonial, todas buscando compreender e atuar sobre as múltiplas formas de opressão e exclusão social.

3. Fundamentos Metodológicos:

- Pesquisa e Intervenção: A prática do Serviço Social se baseia na investigação científica dos fenômenos sociais e na intervenção qualificada nos processos sociais. Métodos como estudo de caso, pesquisa-ação e análise institucional são comuns.

- Ética e Política: A prática é orientada por princípios éticos, como a defesa dos direitos humanos e a justiça social. O Código de Ética do Assistente Social no Brasil, por exemplo, estabelece diretrizes para a atuação profissional.

- Prática Reflexiva: Envolve a constante reflexão crítica sobre a prática, considerando o contexto histórico, político e social, e buscando sempre a transformação social e a emancipação dos indivíduos.

Esses fundamentos formam a base sobre a qual os assistentes sociais atuam, sempre buscando compreender as complexidades sociais e intervir de maneira ética e efetiva para promover a justiça social.



Instrumentalidade e dimensão técnico-operativa do trabalho do assistente social

A instrumentalidade e a dimensão técnico-operativa do trabalho do assistente social são fundamentais para compreender a prática profissional e a eficácia na intervenção social. Vamos explorar cada um desses aspectos:



LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.